



QUILOMBAGEM E GESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIA TERRITORIAL E PERSPECTIVAS PARA MATRIZES ENERGÉTICAS SUSTENTÁVEIS

QUILOMBAGEM AND SOCIAL MANAGEMENT IN THE AMAZON: TERRITORIAL RESISTANCE AND PERSPECTIVES FOR SUSTAINABLE ENERGY MATRICES

**Grupo de Trabalho (GT): GT03-Comunidades tradicionais, comunidades costeiras,
saberes locais e territorialidade na Amazônia**

Autor1 – Paulo de Deus Nunes dos Santos. PPGSA-UFGA.

e-mail: paulonunes.altoacara@gmail.com

Autora2 – Crystiane Amaral Coutinho. PPAC-UFGA.

e-mail: coutinho.pesquisas@gmail.com

Autora3 – Voyner Ravena Cañete. PPGSA-UFGA.

e-mail: ravenacanete@gmail.com

Autora4 – Maria Amoras. PPGSA-UFGA.

email: maria.amoras@gmail.com

Autora5 – Marinalva Cardoso Maciel. PPGAD-UFGA.

e-mail: marinalvamaciel@gmail.com

Resumo

Este artigo visou responder de que forma a quilombagem e a gestão social influenciam a resistência territorial das comunidades quilombolas amazônicas diante da expansão de empreendimentos de energia renovável?. O objetivo geral foi analisar como a quilombagem e a gestão social contribuem para a resistência territorial e a sustentabilidade das comunidades quilombolas na Amazônia frente à implementação de matrizes energéticas renováveis. Com a abordagem qualitativa, utilizando métodos como entrevistas, observação participante e revisão bibliográfica. As observações envolveram quatro lideranças de quatro Comunidades Quilombolas, do município de Acará, Estado do Pará. Os resultados revelam que as lideranças quilombolas, observadas, constroem formas de organização coletiva baseadas na solidariedade, na preservação cultural e na autogestão, confirmando a quilombagem como processo de resistência ativa e de governança comunitária. Também foi identificado que a ausência de mecanismos participativos nas práticas empresariais compromete a legitimidade dos projetos energéticos, reproduzindo exclusão e insegurança. Em contrapartida, a gestão social quilombola emerge como alternativa para a defesa territorial e proposição de modelos de desenvolvimento que conciliem sustentabilidade ambiental, justiça social e valorização cultural. O estudo conclui que os quilombos não apenas resistem às pressões externas, mas se afirmam como atores políticos capazes de propor caminhos para uma transição energética justa e inclusiva, incorporando saberes tradicionais e práticas comunitárias na formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Quilombagem; Gestão Social; Governança Territorial; Sustentabilidade Energética.

Abstract

This article aimed to answer how quilombagem and social management influence the territorial resistance of Amazonian quilombola communities in the face of the expansion of renewable energy projects. The general objective was to analyze how quilombagem and social management contribute to the territorial resistance and sustainability of quilombola communities in the Amazon in the context of the implementation of renewable energy matrices. The study adopted a qualitative approach, employing methods such as interviews, participant observation, and literature review. The observations involved four leaders from four Quilombola Communities in the municipality of Acará, State of Pará. The results reveal that the observed quilombola leaders build forms of collective organization based on solidarity, cultural preservation, and self-management, confirming quilombagem as a process of active resistance and community governance. It was also identified that the absence of



participatory mechanisms in corporate practices undermines the legitimacy of energy projects, reproducing exclusion and insecurity. Conversely, quilombola social management emerges as an alternative for territorial defense and for proposing development models that reconcile environmental sustainability, social justice, and cultural valorization. The study concludes that quilombos not only resist external pressures but also assert themselves as political actors capable of proposing pathways toward a just and inclusive energy transition, incorporating traditional knowledge and community practices into public policy design.

Key words: Quilombagem; Social Management; Territorial Governance; Energy Sustainability.

1. Introdução

Esta pesquisa é resultado de observações realizadas em campo durante a coleta de dados para um estudo mais amplo intitulado “Mulheres Quilombolas em Movimento: o protagonismo feminino na organização social e política do território”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Convênio nº 63962022.8.1001.0018, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará-UFPA, sob o Parecer Nº 5. 879. 982, desenvolvido pelos Grupos de Pesquisa INTERFACES, que reúne estudos sobre “Intersecções entre raça/etnia, gênero, corpo e território na (re)produção de diferenças e desigualdades na Amazônia” - (PPGSS/UFPA/CNPQ), e GESTERRA, que agrega estudos sobre “sociedade, território e resistência na Amazônia” - (PPGSS/UFPA/CNPQ). Embora esses registros não tenham sido utilizados na elaboração dos textos parcial e final do estudo, eles estão armazenados no drive de materiais coletados.

A partir dessas observações, foi possível acompanhar a implementação da Gestão Social nos quilombos observados. Ao pensarmos sobre a relevância das narrativas sobre Gestão Social e Quilombagem, recordamos as palavras de Nêgo Bispo, um destacado ativista do movimento social quilombola, que enfatiza a importância da cultura quilombola e de suas comunidades no Brasil. Em uma entrevista realizada em 2021, ele ponderou sobre a responsabilidade tanto individual quanto coletiva na formação da história, afirmando de forma resumida:

“O nosso papel fazemos historicamente. Preservamos, compartilhamos, confluímos. A questão é: qual é o papel de vocês? É tomar como referência as trajetórias históricas, é sair do ilusionismo e cair na realidade. Ao invés de ter referências teóricas, ter referências históricas.” (Bispo, 2021).

Nêgo Bispo, ao afirmar que “fazemos historicamente”, enfatiza que os comportamentos de indivíduos e grupos são moldados por contextos sociais e históricos, deixando legados significativos. Suas expressões “Preservamos, compartilhamos e confluímos” e “qual é o papel de vocês?” convidam à reflexão crítica, à valorização da história e à construção coletiva de significados.

Ao contrastar “ilusionismo” e “realidade”, Bispo propõe uma análise menos idealizada da sociedade, sugerindo a importância de uma leitura mais crítica e consciente da história. Essa reflexão ganha força ao se considerar os estudos contemporâneos sobre os quilombos na Amazônia, os quais, apesar dos avanços, muitas vezes não contemplam plenamente a complexidade organizacional dessas comunidades.



Os quilombos brasileiros possuem características únicas, influenciadas por fatores como geografia, clima, diversidade étnica e experiências históricas, exigindo abordagens mais amplas e sensíveis à pluralidade social. Historicamente, os quilombos se consolidaram como espaços de resistência e afirmação cultural, constituindo territórios onde descendentes de africanos escravizados constroem suas identidades a partir de experiências próprias.

Cada quilombo, nesse sentido, é uma expressão singular de luta, cultura e pertencimento, merecendo ser compreendido como um microcosmo de resistência. A pesquisa se concentrou em quatro comunidades remanescentes de quilombolas no Estado do Pará, destacando suas ações em defesa dos direitos territoriais e da construção identitária. Esses grupos representam formas de organização político-social que se articulam com a herança africana e reafirmam a importância da Teoria da Quilombagem, conforme proposta por Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento e outros intelectuais comprometidos com a valorização das lutas negras no Brasil.

As comunidades quilombolas da Amazônia enfrentam historicamente processos de resistência territorial, cultural e política. Nos últimos anos, tais comunidades têm vivenciado pressões crescentes em razão da expansão de matrizes energéticas, concessões e projetos de infraestrutura que afetam diretamente sua autonomia e sustentabilidade. Nesse contexto, a gestão social se apresenta como um caminho de fortalecimento comunitário, permitindo a organização coletiva e a defesa do território.

O principal foco desta investigação foi contextualizar **de que forma a quilombagem e a gestão social influenciam a resistência territorial das comunidades quilombolas amazônicas diante da expansão de empreendimentos de energia renovável?**. O objetivo geral foi **analisar como a quilombagem e a gestão social contribuem para a resistência territorial e a sustentabilidade das comunidades quilombolas na Amazônia frente à implementação de matrizes energéticas renováveis**.

A decisão de incorporar autores afro-brasileiros ressalta a relevância do patrimônio intelectual que fortalece o movimento afro-brasileiro e a empenho em fomentar o processo de "aquilombar" em diversas áreas e segmentos. A investigação envolveu a participação de quatro líderes quilombolas, sendo dois homens e duas mulheres. Os achados revelam que essas lideranças expressam traços de suas culturas ancestrais e se dedicam de forma significativa à defesa de direitos e à promoção da igualdade de gênero, raça e classe.

O artigo está dividido em cinco seções, sendo além do título: a introdução; o referencial teórico; a metodologia; os achados e a discussão; e, por fim, as considerações finais, além das referências bibliográficas utilizadas.

2. Fundamentação Teórica

Nesta seção apresentamos os principais referenciais teóricos utilizados na pesquisa, organizados em quatro eixos complementares. No item 2.1, a **Teoria da Quilombagem** (Moura, 2014; 2020; 2021); Nascimento (1980); Nascimento (2018); Souza (2020) e outros concebem os quilombos como espaços de resistência, organização social e governança comunitária, oferecendo um quadro para compreender a atuação política e social das comunidades tradicionais. Em seguida, no item 2.2, discute-se a **Governança territorial e Gestão Social**, na perspectiva de Tenório (2006), França Filho (2008) e outros autores, que a propõem como um modelo baseado na cooperação, no diálogo e na emancipação, distinto da gestão empresarial tradicional. O item 2.3 aborda a **Governança Territorial**, segundo Dallabrida et al. (2020), que descrevem o território como uma construção histórica e



simbólica, marcada por relações de poder, apropriação de recursos e identidade coletiva, evidenciando as consequências das violações de direitos para as comunidades. Por fim, o item 2.4 subdividido em duas partes, uma que trata da **Energia Sustentável**, a partir das contribuições de Souza & Ferreira (2022) e Melo Ferraz (2025), que mostram que a transição energética brasileira ainda se caracteriza por políticas fragmentadas, expansão rápida de fontes renováveis sem metas sociais claras e impactos desiguais sobre os territórios. E a outra parte trata da energia sustentável envolvendo quilombos Cavalcante, Souza e Assis (2025).

2.1 Quilombagem

O debate sobre os quilombos transcende as fronteiras brasileiras e requer compreendê-los como espaços de resistência, construção identitária e luta por autonomia (Moura, 2014; 2020; 2021). Para Moura, essas comunidades não eram apenas refúgios contra a escravização, mas centros de elaboração cultural e organização social, fundamentados na coletividade. A Teoria da Quilombagem destaca essa resistência afrodescendente ao sistema colonial, enquanto Nascimento (1980) enfatiza que os quilombos surgiram a partir de revoltas de escravizados, incorporando práticas sociais e políticas inovadoras.

A vivência quilombola envolve a valorização das raízes culturais, promovendo acolhimento, continuidade e apoio mútuo. Moura (2014, 2020, 2021) considera o quilombo um símbolo de autossuficiência e organização social, enquanto Nascimento (2018) o interpreta como espaço de luta e reivindicação de direitos.

Sobre a constituição dos quilombos amazônicos não se limita à presença de africanos escravizados: Marin (2000) e Lima (2002) apontam que também incluíram indígenas, brancos e mestiços, refletindo uma diversidade étnica singular. Nesse contexto, o processo de “aquilombar-se” representa uma postura política de afirmação individual e coletiva, consolidando identidade, pertencimento e resistência simbólica (Souto, 2020; Coutinho e Maciel, 2024b).

Coutinho e Maciel (2024a, 2024b) destacam que os quilombos amazônicos resultam da fusão de experiências africanas com práticas indígenas de subsistência, ocupando espaços históricos como senzalas, engenhos e fazendas. Essa diversidade histórica e cultural reforça a importância de compreender os quilombos amazônicos como territórios complexos, onde convivem múltiplas identidades e interesses, consolidando processos de resistência e governança local.

2.2 Quilombagem e Gestão Social

Baltazar e Ferreira (2023) investigam modelos de gestão em comunidades tradicionais baseados em saberes ancestrais e trabalho familiar, enfatizando subsistência e conservação ambiental, alinhados aos princípios da Gestão Social. O estudo evidencia a necessidade de ajustes nas práticas gerenciais para maximizar resultados no desenvolvimento comunitário e na gestão local.

França Filho (2008) define a Gestão Social como uma administração própria das instituições da sociedade civil e do setor público não governamental, voltada ao bem-estar e à inclusão social. As práticas observadas nas comunidades analisadas demonstram a centralidade da comunicação, da colaboração e do engajamento coletivo, conforme reforçado por Tenório (2006), que destaca a solidariedade e a cooperação como elementos estruturantes.



A proposta de emancipação apresentada por Cançado (2011) complementa essa perspectiva ao ressaltar a importância de um ordenamento jurídico e social que liberte os indivíduos de contextos opressivos, promovendo dignidade, autonomia e justiça social. Assim, a Gestão Social emerge como um processo dinâmico de fortalecimento comunitário, integrando valores de participação, transparência e colaboração.

2.3 Governança Territorial

O território, segundo Dallabrida et al. (2020), é uma fração do espaço historicamente construída por meio das interações entre atores sociais, econômicos e institucionais. Essa construção territorial não é apenas física, mas também simbólica, refletindo relações de poder, motivações políticas, sociais e ambientais, além da apropriação de recursos locais. O desenvolvimento territorial é definido como um processo de mudança estrutural promovido por sociedades organizadas espacialmente, que potencializam recursos materiais e imateriais para dinamização econômica e melhoria da qualidade de vida, considerando as necessidades e características de cada território.

A governança territorial constitui a estrutura necessária para coordenar demandas coletivas, permitindo decisões colaborativas e gestão compartilhada de recursos, integrando Estado, sociedade civil e instituições privadas. Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) associam essas práticas à Gestão Social, que se caracteriza por tomada de decisão coletiva sem coerção, inteligibilidade, dialogicidade, transparência, entendimento e emancipação. O bem-estar coletivo, segundo o conceito de Interesse Bem Compreendido, reforça o benefício individual, criando um círculo virtuoso entre participação, autonomia e desenvolvimento territorial. A existência de uma Esfera Pública efetiva é essencial para viabilizar decisões participativas e a construção de consensos, garantindo que a Gestão Social funcione como processo contínuo de emancipação e fortalecimento comunitário.

A articulação entre quilombagem, Gestão Social e governança territorial evidencia que os quilombos não são apenas espaços históricos ou culturais, mas atores ativos na construção de territórios sustentáveis e inclusivos. O processo de aquilombar-se reforça identidades, fortalece lideranças e fomenta práticas colaborativas que permitem enfrentar desafios externos, como projetos energéticos e políticas públicas inadequadas. Dessa forma, a integração de saberes tradicionais e gestão participativa contribui para um modelo de desenvolvimento territorial que alia sustentabilidade ambiental, justiça social e fortalecimento das comunidades tradicionais.

2.4 Energia sustentável

Conforme Souza e Ferreira (2022) analisando os desafios da transição energética no Brasil diante das mudanças climáticas. Embora o país possua uma matriz energética relativamente limpa em comparação a outras nações, ainda depende fortemente das hidrelétricas e apresenta baixa participação das fontes solar e eólica. A pesquisa adota por Souza e Ferreira (2022) é uma abordagem da Perspectiva Multinível (MLP) para compreender os fatores políticos, sociais e estruturais que explicam a lentidão brasileira em adotar uma transição energética mais profunda.

Conforme os autores a substituição gradual das hidrelétricas por gás natural, que emite menos gases de efeito estufa do que o petróleo, também é destacada como um processo em andamento, mas insuficiente para uma mudança estrutural.



**Matrizes energéticas e concessões na Amazônia:
entre os desafios e o futuro sustentável**

O estudo de Souza e Ferreira (2022) mostra que, apesar do potencial e da experiência brasileira no uso de fontes renováveis como os biocombustíveis, há falta de metas claras e políticas robustas para integrar de forma decisiva energias modernas e menos poluentes. Programas como o Proinfa e os leilões de energia eólica e solar foram importantes, mas resultaram em avanços limitados e descontinuados. O artigo desses autores também enfatiza que as políticas energéticas no Brasil, embora contem com instrumentos variados, não conseguem promover uma desestabilização real do mercado tradicional nem impulsionar de forma duradoura a inovação tecnológica no setor.

Outro ponto abordado pelos autores é que a dimensão territorial do Brasil dificulta a ampliação das linhas de transmissão, especialmente para a Região Amazônica, onde a dependência de hidrelétricas permanece alta e a presença de outras fontes é limitada. Isso cria uma distribuição desigual da capacidade instalada de energia renovável pelo país. Apesar dos investimentos em pequenas unidades geradoras e fontes alternativas para comunidades isoladas, as ações são tímidas e não alcançam o impacto necessário para uma transformação mais ampla do setor energético.

Na conclusão, os Souza e Ferreira (2022) afirmam que o Brasil se encontra em um cenário intermediário, apostando na substituição parcial por gás natural em vez de acelerar a adoção das renováveis modernas. Essa postura, embora mantenha a matriz relativamente limpa, não aproveita plenamente as oportunidades de desenvolvimento tecnológico e econômico ligadas à transição energética. Para avançar, seria necessário um conjunto de políticas mais ousadas e integradas, combinando esforços públicos e privados, bem como uma visão estratégica que enxergue a energia como motor para o futuro e não apenas como um recurso para atender à demanda imediata.

Conforme o texto de Melo Ferraz (2025) analisa os desafios da transição energética no setor elétrico brasileiro, destacando que essa transformação envolve mudanças tecnológicas, institucionais e regulatórias que impactam diretamente a sustentabilidade econômica e a segurança do abastecimento. O aumento da demanda por eletricidade – impulsionado pela eletrificação dos usos energéticos, pelo crescimento de novas tecnologias e pela intensificação do consumo – exige que o setor se expanda de forma rápida e organizada. Ao mesmo tempo, essa expansão precisa ocorrer em bases sustentáveis, reduzindo emissões poluentes e garantindo acesso a preços acessíveis (Melo Ferraz, 2025).

A autora enfatiza que a transição energética atual é diferente das anteriores, pois não se trata apenas de substituir fontes por outras mais densas em energia, mas de migrar de um sistema baseado em combustíveis fósseis para um de baixas emissões. Esse processo se relaciona diretamente com os “limites planetários” e os riscos de mudanças ambientais irreversíveis, como o aquecimento global e a perda de biodiversidade. Assim, a decisão sobre políticas energéticas deve considerar o clima e outros limites ambientais de forma integrada, uma vez que essas crises estão interligadas e afetam segurança energética, alimentar e hídrica.

Outro ponto abordado por Melo Ferraz (2025) é a rápida expansão de fontes como a eólica e a solar, que, embora livres de emissões, possuem características diferentes das tradicionais hidrelétricas e termelétricas. Elas dependem de recursos não estocáveis e apresentam maior variabilidade, o que aumenta a complexidade da operação e exige novos mecanismos de estabilidade e flexibilidade para as redes elétricas. Além disso, as mudanças climáticas já impactam tanto a oferta quanto a demanda: elevam o desgaste dos equipamentos e intensificam o consumo, sobretudo devido à necessidade de climatização em um cenário de temperaturas recordes.



Por fim, o texto de Melo Ferraz (2025) alerta para os efeitos sociais e econômicos dessa transformação. A necessidade de expansão do sistema, associada à difusão de tecnologias intensivas em eletricidade, pressiona as tarifas e pode comprometer o poder de compra das famílias, aumentando a desigualdade no acesso. Essa realidade coloca a justiça social no centro do debate, já que os custos elevados podem aprofundar a pobreza energética. Para que a transição seja justa e eficaz, é essencial planejamento, equidade no acesso e medidas que equilibrem desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

2.4.1 Energia sustentável e quilombos

Cavalcante, Souza e Assis (2025) abordam os impactos sociais e ambientais causados pela instalação de um grande parque solar nas proximidades da Comunidade Quilombola Pitombeira, localizada no Semiárido paraibano. A pesquisa demonstra como a expansão das energias renováveis, embora apresentada como alternativa sustentável, tem gerado conflitos, violação de direitos e processos de injustiça ambiental, especialmente em territórios ocupados por comunidades tradicionais. A comunidade estudada, formada por famílias camponesasquilombolas, depende da agricultura de subsistência e enfrenta carências estruturais de acesso a água, educação e saúde, o que a torna ainda mais vulnerável às consequências desses empreendimentos.

O texto evidencia que, desde a fase de concepção do Complexo Solar Luzia, houve ausência de informações claras e de diálogo efetivo com a população local. A empresa responsável não comunicou adequadamente os objetivos e impactos do projeto, o que gerou medo, ansiedade e insegurança nos moradores. Além disso, promessas de emprego e desenvolvimento feitas pela empresa não foram cumpridas, resultando em frustrações e no sentimento de manipulação por parte da comunidade. O uso de linguagem técnica em reuniões e a falta de consultas prévias reforçaram a exclusão da população no processo de tomada de decisão.

No momento da instalação do parque solar, os impactos tornaram-se mais visíveis e concretos. Houve desmatamento extensivo da Caatinga, deslocamento e morte de animais silvestres, aumento de poeira e explosões constantes para a fixação dos painéis, causando rachaduras em casas e cisternas. Esses fatores afetaram diretamente a saúde física e mental dos moradores, bem como suas práticas agrícolas e o equilíbrio ecológico local. As medidas de compensação oferecidas pela empresa, como reformas pontuais e cursos, não repararam os danos estruturais nem garantiram melhores condições de vida à comunidade, sendo percebidas como estratégias para silenciar críticas.

Por fim, o estudo de Cavalcante, Souza e Assis (2025) conclui que o caso da Comunidade Quilombola revela as contradições do modelo atual de transição energética no Brasil. A instalação de parques solares e eólicos, sob o discurso de sustentabilidade, muitas vezes desconsidera os impactos sociais e ambientais sobre populações vulneráveis, reproduzindo desigualdades históricas e configurando situações de racismo ambiental. Os autores defendem a necessidade de repensar as políticas de energia renovável, garantindo processos participativos, reparação dos danos e construção de uma transição energética verdadeiramente justa e democrática, que respeite os territórios e os modos de vida das comunidades tradicionais.



3. Procedimentos Metodológicos

Nesta seção, apresentamos o caminho de pesquisa, que foi fundamentada na abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa teórica-empírica, histórica, pesquisa-ação participante (PAP). Conforme Vergara (2004); Teixeira (2022) a pesquisa teórica busca compreender eventos sociais em seus contextos históricos, valorizando a oralidade, enquanto a pesquisa de campo favorece a imersão para aproximar-se das interlocutoras e participar de seus espaços de atuação política.

O estudo concentrou-se em quatro comunidades quilombolas localizadas no município de Acará, Estado do Pará, na Amazônia brasileira. Conseguiu o envolvimento de lideranças locais e representantes associativos. As falas e observações foram analisadas a partir de categorias relacionadas a gestão social, liderança, resistência territorial e sustentabilidade. Os eventos e processos que moldaram a trajetória das comunidades quilombolas.

A PAP foi elaborada para promover a escuta atenta, a co-criação de saberes e iniciativas transformadoras entre os integrantes da comunidade. A Revisão Sistemática conforme Vergara (2004), Zambelo (2018) garante a objetividade e a transparência na análise da literatura existente. A avaliação foi orientada pela quilombagem, uma abordagem teórica e metodológica que facilita a compreensão das dinâmicas dentro das comunidades quilombolas. Essa perspectiva reconhece a inter-relação entre experiências de opressão e resistência, levando em consideração categorias sociais como gênero, raça e território, resultando em realidades complexas.

Os métodos de investigação empregados incluíram entrevistas semiestruturadas e observação ativa durante reuniões e eventos, envolvendo quatro líderes de comunidades quilombolas com mais de 18 anos que desempenham funções de liderança. A interpretação dos dados coletados foi realizada por meio da identificação de padrões e temas que surgiram, enriquecendo nossa compreensão do fenômeno abordado e contribuindo para a formulação de conclusões mais robustas.

Essa estratégia metodológica mostra-se especialmente eficaz em áreas como marketing, ciências sociais e saúde, onde a compreensão do comportamento humano e das motivações subjacentes é crucial. O estudo concentra-se em quatro comunidades formadas por descendentes de quilombolas localizadas na zona rural de Acará, no estado do Pará. Essas comunidades são acessíveis pela Rodovia Acará-Moju e pelo Rio Miritipitanga. O total de integrantes dessas comunidades é de cerca de 700 descendentes de quilombolas (Coutinho et al., 2023).

O primeiro contato ocorreu em maio de 2024, durante as reuniões em que compartilhamos o estudo com a Coordenação e o Presidente da associação em exercício. Naquele momento, foram apresentados os Termos de Consentimento da Instituição, juntamente com explicações e a entrega do Termo de Compromisso da Pesquisadora, com o objetivo de obter a assinatura do representante da Comunidade Quilombola.

Embora os participantes tenham concordado em usar seus nomes e permitido a divulgação de suas imagens, foi decidido, de maneira unânime, que esses nomes seriam trocados por nomes de árvores nativas da região, escolhidos individualmente por cada um. Essa decisão visou preservar o anonimato de uma maneira mais pessoal, ao invés de apenas recorrer a números ou letras, além de representar aqueles homens e mulheres que não puderam estar presentes.

Dessa forma, asseguramos um espaço respeitoso e representativo para todos os integrantes do Quilombo, celebrando a identidade coletiva e a conexão com a natureza local.



As árvores selecionadas para a identificação dos participantes foram: Massaranduba, Castanheira, Angelim e Sapucaia.

4. Resultados e Discussão

Esta seção tem como objetivo apresentar os achados e as reflexões decorrentes das entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa, destacando suas percepções sobre liderança em diferentes contextos, gestão social e o processo de quilombagem, que inclui o ato de aquilombar-se.

4.1 Caracterização dos participantes e vivências comunitárias

Os entrevistados têm idade entre 49 e 62 anos, pertencem à etnia negra, são casados e possuem filhos; a maioria também é avó ou avô. Todos possuem algum nível de escolaridade, com pelo menos um participante graduado. Estão ativamente engajados na comunidade, conciliando responsabilidades familiares com atividades na igreja e na organização quilombola.

As mulheres, em particular, desempenham papéis domésticos e comunitários adicionais, enquanto os homens participam de atividades agrícolas e trabalhos autônomos. Um participante atua como pastor, e as mulheres exercem funções como obreiras. O Quadro I apresenta as impressões dos participantes sobre organização comunitária, gestão social e estratégias de resistência, destacando a interseção entre liderança coletiva, autogestão e defesa do território.

Quadro II – Impressões de Gestão Social e quilombos:

4.1 Aquilomar-se:	Quando questionados sobre o crescimento do aquilombamento na localidade, Massaranduba ressaltou que, no início, houve uma movimentação focada na recuperação de terras, a qual posteriormente se transformou em um trabalho de resgate cultural para reforçar a identidade do território.
4.2 Aquilombando a gestão social:	Quando questionados sobre a percepção da Gestão Social na comunidade quilombola, Angelim manifestou sua inquietação em relação à falta de apoio externo, o que pode ser entendido como um déficit de políticas públicas essenciais, tanto no quilombo quanto em Sapucaia.
4.3 Desafios enfrentados pelas lideranças:	Quando questionados sobre os desafios mais significativos que as lideranças encontraram, Massaranduba ressaltou a insuficiência de recursos, a ausência de cooperação e a falta de dados sobre as políticas voltadas para as comunidades quilombolas. Por outro lado, Castanheira manifestou sua apreensão em relação à falta de valorização das contribuições realizadas por outros líderes.

Fonte: Autores, 2025.

4.1 Quilombagem como resistência e autogestão

A Teoria da Quilombagem, formulada por Clóvis Moura e aprofundada por Abdias e Beatriz Nascimento, entende os quilombos como espaços de resistência, organização social e governança comunitária. No caso das Comunidades Quilombolas representadas, essa perspectiva se confirma: diante do empreendimento solar, a comunidade não se apresenta apenas como vítima, mas como ator político que se organiza, denuncia injustiças e reivindica seus direitos. O processo de “aquilombar-se”, descrito por Souto, Silva e Munanga, manifesta-se nas rodas de conversa, associações quilombolas e estratégias coletivas adotadas para



enfrentar os impactos do parque solar. Esses resultados reforçam a ideia de que os quilombos são territórios de resistência ativa, e não meramente espaços passivos de exploração.

As entrevistas revelaram que a liderança quilombola se constrói de forma coletiva e horizontal, incorporando valores como solidariedade, empatia e preservação cultural. As percepções dos participantes sobre liderança demonstram que ela é um fenômeno multifacetado, adaptável e contextual, que se manifesta em diferentes esferas da vida comunitária, familiar e laboral. Competências interpessoais, como empatia, comunicação e capacidade de construir confiança, foram destacadas como essenciais para a manutenção da coesão social e da resistência coletiva.

Quando se amplia o olhar para os **quilombos amazônicos**, observa-se que esses padrões de resistência e autogestão se repetem em contextos de intensa pressão ambiental e territorial. Estudos sobre comunidades quilombolas na Amazônia evidenciam que elas enfrentam ameaças semelhantes, incluindo desmatamento, expansão de monocultivos, hidrelétricas e grandes empreendimentos energéticos, mas mantêm estratégias coletivas de defesa territorial, preservação de saberes tradicionais e manutenção da governança comunitária.

A experiência dos participantes se insere nesse panorama, mostrando como alguns quilombos amazônicos funcionam como laboratórios de práticas socioambientais resilientes e políticas de resistência cultural e territorial.

4.2 Gestão Social versus lógica empresarial

Segundo Tenório e França Filho, a Gestão Social baseia-se em cooperação, diálogo e emancipação, diferindo da gestão empresarial tradicional. Em Pitombeira, os resultados evidenciam o contrário: a empresa responsável pelo parque solar utilizou linguagem técnica, promoveu ausência de consulta prévia e não cumpriu promessas de emprego, reforçando a exclusão e o medo entre os moradores.

Os participantes demonstraram carecer de uma compreensão aprofundada sobre Gestão Social e suas nuances, embora pratiquem formas de organização coletiva que se aproximam desse modelo. Essa experiência evidencia que a ausência de mecanismos participativos compromete tanto a legitimidade quanto a sustentabilidade de empreendimentos energéticos em territórios tradicionais.

A gestão social quilombola, por sua vez, emerge como alternativa para defesa territorial e proposição de modelos de desenvolvimento baseados no uso sustentável de recursos naturais e valorização da identidade cultural. Em âmbito amazônico, práticas similares de gestão social têm se mostrado decisivas para a proteção de territórios contra invasões externas, fortalecendo a capacidade de negociação e articulação política das comunidades.

4.3 Governança territorial e violações de direitos

Dallabrida e Cançado destacam que o território é uma construção histórica e simbólica, marcada por relações de poder, apropriação de recursos e identidade coletiva. No caso das comunidades representadas, o cercamento da comunidade por grandes empreendimentos configura uma disputa territorial que vai além do espaço físico, representando um ataque à governança comunitária e ao direito de permanência. Relatos sobre medo de expulsão, desmatamento e perda de práticas agrícolas tradicionais confirmam a necessidade de uma esfera pública efetiva, capaz de mediar interesses e garantir decisões participativas.

A liderança quilombola horizontal e solidária torna-se fundamental nesse contexto. A diversidade de opiniões nas entrevistas — desde a habilidade de motivar indivíduos até a conexão com cargos de autoridade formal — evidencia a complexidade do fenômeno e sua importância para a resistência coletiva. Nos quilombos amazônicos, a governança territorial frequentemente se traduz em estratégias de monitoramento comunitário, articulação com órgãos públicos e advocacy em redes regionais de defesa de direitos, mostrando como Pitombeira reflete práticas amplamente disseminadas na região.

4.4 Energia sustentável e justiça social

Souza & Ferreira (2022) e Melo Ferraz (2025) argumentam que a transição energética brasileira ainda se caracteriza por políticas fragmentadas, expansão rápida de renováveis sem metas sociais claras e impactos desiguais sobre os territórios. Os resultados encontrados materializam essas críticas: embora o parque solar seja considerado “verde”, ele reproduz desigualdades, causa danos ambientais e aprofunda vulnerabilidades. Tal realidade configura o que Cavalcante, Souza e Assis chamam de “injustiça ambiental” e “racismo ambiental”.

Os dados coletados indicam que uma transição energética justa deve ir além da substituição de fontes fósseis por renováveis, incorporando saberes tradicionais, respeitando a governança comunitária e garantindo benefícios concretos às comunidades. A experiência das comunidades quilombolas representadas evidencia a necessidade de políticas energéticas que dialoguem com os territórios e suas formas de organização social. Em consonância, quilombos amazônicos têm promovido iniciativas que integram conservação ambiental, produção sustentável e justiça social, reforçando que sustentabilidade e equidade devem caminhar juntas na região.

O **Quadro II** apresenta de forma sintética as vivências e percepções dos participantes sobre liderança, gestão social e estratégias de resistência, destacando como esses elementos se articulam na defesa do território e na manutenção da cultura quilombola.

Quadro II – Vivências e percepções dos participantes sobre liderança, gestão social e resistência em Quilombos Amazônicos

Participante	Idade	Papel na comunidade	Percepção de liderança	Participação em Gestão Social	Estratégias de resistência e autogestão
Massaranduba	449	Agricultor e membro da associação	Liderança coletiva, motivar e unir pessoas	Envolvimento em reuniões comunitárias e projetos de agricultura sustentável	Participação em rodas de conversa, organização de mutirões e defesa do território frente a empreendimentos energéticos
Castanheira	552	Pastor e líder religioso	Conexão entre liderança e autoridade formal	Apoio a projetos comunitários e orientação espiritual	Mediação de conflitos internos, articulação com órgãos externos e denúncia de violações ambientais

Angelin	660	Mulher, obreira da igreja e responsável pelo lar	Empatia e construção de confiança como liderança	Participação em assembleias e eventos educativos	Manutenção de práticas culturais, cultivo agrícola familiar e engajamento em associações quilombolas
Sapucaia	662	Mulher, agricultora e participante da associação	Liderança baseada na solidariedade e preservação cultural	Coordenação de atividades coletivas e projetos de capacitação	Organização de estratégias coletivas contra impactos de empreendimentos, valorização do saber tradicional e resistência cultural

Fonte Autores, 2025.

5. Considerações Finais

A questão que orientou esta pesquisa foi: **de que forma a quilombagem e a gestão social influenciam a resistência territorial das comunidades quilombolas amazônicas diante da expansão de empreendimentos de energia renovável?** O objetivo geral consistiu em analisar como a quilombagem e a gestão social contribuem para a resistência territorial e para a sustentabilidade das comunidades quilombolas na Amazônia frente à implementação de matrizes energéticas renováveis.

As análises realizadas evidenciaram que a quilombagem e a gestão social constituem instrumentos centrais de resistência territorial das comunidades quilombolas amazônicas diante da pressão exercida pelos grandes empreendimentos de energia renovável. O caso das Comunidades Quilombolas demonstraram que, mesmo em contextos de violências estruturais, ausência de consulta prévia e descumprimento de promessas de emprego, a organização coletiva e a autogestão fortalecem a capacidade de denúncia, negociação e preservação da identidade cultural. Dessa forma, a resistência não se reduz a um ato meramente reativo, mas se configura como prática proativa de defesa territorial e de afirmação de direitos, em consonância com a Teoria da Quilombagem.

Os resultados também revelaram os limites da lógica empresarial diante das demandas sociais e culturais das comunidades tradicionais. A ausência de mecanismos de Gestão Social comprometeu a legitimidade do empreendimento solar em comunidades quilombolas, aprofundando processos de exclusão e vulnerabilidade. Em contrapartida, as práticas comunitárias baseadas na cooperação, solidariedade e diálogo se mostraram fundamentais para a construção de alternativas de desenvolvimento. Esse contraste evidencia que a sustentabilidade energética só será efetiva se incorporar a governança territorial, respeitando as especificidades culturais e os modos de vida das populações quilombolas.

Por fim, a experiência de as Comunidades Quilombolas observadas no quilombo amazônico revela que a transição energética no Brasil permanece marcada por desigualdades e injustiças socioambientais. Embora considerada “verde”, a expansão acelerada das fontes



renováveis, quando desvinculada de processos participativos, gera novos ciclos de exclusão. Portanto, a consolidação de matrizes energéticas sustentáveis na Amazônia depende de uma abordagem que una justiça social, preservação ambiental e valorização dos saberes tradicionais. A quilombagem e a gestão social, nesse sentido, configuram não apenas estratégias de resistência, mas também caminhos possíveis para uma transição energética verdadeiramente justa e inclusiva.

Referencias

BALTAZAR, L. dos S. A.; FERREIRA, L. R. Gestão social nas práticas das lideranças de associações agroextrativistas ribeirinhas do Marajó: análise sobre as práticas de participação comunitária e do planejamento colaborativo na gestão compartilhada. **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, v. 3, p. 15–19, 2023.

BISPO, N. “O nosso papel fazemos historicamente: Preservamos, compartilhamos, confluímos”, diz Nêgo Bispo. Conectas Direitos Humanos, 23 set. 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/o-nosso-papel-fazemos-historicamente-preservamoscompartilhamos-confluimos-diz-nego-bispo>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 1, p. 50-72, 2013. Disponível em: <https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/1136>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 681–703, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300002>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; SOUSA, Jackson Araujo de; ASSIS, Thiago Mateus Ferreira de. As contradições da energia renovável no Semiárido: o caso da injustiça ambiental produzida por empreendimento de energia solar na Comunidade Quilombola Pitombeira (Paraíba-Brasil). **Revista Nera**, v. 28, n. 01, p. e10639, 2025.

COUTINHO, C. A.; MACIEL, M. C. O afroempoderamento na quilombagem amazônica das mulheres da Amarqualta. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, XXVII., 2024, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA-USP, 2024a.

COUTINHO, C. A.; MACIEL, M. C. Quilombagem na Amazônia Paraense: resistência e defesa do território na região Alto do Acará-PA e a influência da administração científica. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) – COPENE, XII., 2024, Belém, PA. **Anais [...]**. Belém: ABPN, 2024b.

COUTINHO, C. A.; SANTOS, P. D. N.; SOUSA, T. B. **Relatório de atividades 2015-2023 da Coordenação de Mulheres e Bem-estar da Família**. 2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque; et al. Governança nos territórios ou governança territorial: distância entre concepções teóricas e a prática. **Revista Grifos**, v. 29, n. 50, p. 13-35, 2020.



Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/3356>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 219–232, 2008.

LIMA, R. do R. de. **Revoltas camponesas no Vale do Acará-Grão-Pará (1822-1840)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

MARIN, R. E. A. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers do NAEA*, n. 153, 2000.

MELO FERRAZ, Clarice Campelo. Existe energia limpa? Desafios das estratégias de transição energética para o setor elétrico brasileiro. **Diálogos Socioambientais**, v. 8, n. 22, p. 70-74, 2025.

MOURA, C. **A quilombagem como expressão de protesto radical**. Nova Cultura, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/11/20/moura-a-quilombagemcomo-expressao-de-protesto-radical>. Acesso em: 15 abri. 2025.

MOURA, C. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2. ed. Salvador: Dandara Editora, 2021.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, A. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana, 2018.

SOUTO, S. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, v. 4, n. 4, p. 133–144, 2020.

SOUZA, Matilde; FERREIRA, Leandro Gomes. Sustainability transition challenges in the Brazilian energy sector. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 4, p. 104-127, 2022.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 6, p. 1145–1162, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000600011>. Acesso em: 15 abri. 2025.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZAMBELLO, Aline Vanessa; et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Organização: Thiago Mazucato. Penápolis: FUNEPE, 2018.